

# Tópicos para o **Ensino de Biblioteconomia**

## Volume II

**Organizadores:**

José Fernando Modesto da Silva  
Francisco Carlos Paletta

DOI 10.11606/9788572051996

São Paulo  
2019

ECA - USP



# RDA: INTRODUÇÃO E COMENTÁRIOS SOBRE AS MUDANÇAS NA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

José Fernando Modesto da Silva

---

## Introdução

Na atualidade, a catalogação descritiva passa por mudanças significativas em seus processos de representação dos recursos, e na construção de catálogos bibliográficos. Uma mudança que decorre, entre outras, da adoção de nova norma descritiva – Recurso: Descrição e Acesso (*Resource Description and Access*), identificada pela sigla RDA. Ela substitui o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição – AACR2.

Neste texto, apresenta-se uma síntese sobre a RDA, centrada em aspectos que permitam uma compreensão geral sobre a sua origem, características e terminologia, bem como da sua estrutura e aspectos de aplicação. Objetiva-se servir de introdução inicial aos estudantes de biblioteconomia e bibliotecários brasileiros na função de catalogadores.

## Importância do Código de Catalogação

No passado, as bibliotecas criavam os seus próprios catálogos impressos em fichas. Esse processo otimizou-se no início do século XX, em especial nos anos 1900, quando a Biblioteca do Congresso norte-americano começa a comercializar conjuntos de fichas bibliográficas (autor, título e assunto) para outras bibliotecas. Cada conjunto de fichas comprada, por uma biblioteca, significava um retrabalho a menos na catalogação criada localmente. Este procedimento significou o nascimento da catalogação compartilhada (COYLE; HILLMAN, 2007; MILLER, 2011).

Na década de 1960, o desenvolvimento do formato MARC possibilita aos catalogadores criarem registros bibliográficos em formato eletrônico. O MARC torna o compartilhamento de registros mais fácil porque a informação nos registros pode ser trocada entre os computadores (MILLER, 2011).

Quando o catalogador cria um registro bibliográfico, em formato eletrônico, a partir do zero e o compartilha em uma utilidade bibliográfica como a OCLC (*Online Computer Library Center*), o catalogador de qualquer outra biblioteca, membro da OCLC, pode copiar esse registro em vez de criar novamente o seu próprio registro. É o reuso de registro bibliográfico. Um fator fundamental e que permitiu às bibliotecas compartilharem registros entre si foi a ampla adoção do AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição). A uniformidade preconizada pela adoção e uso de um código de catalogação sugere que cada catalogador pode criar registros da mesma maneira. Isso significa que o registro catalográfico criado por uma biblioteca do Brasil, pode ser usado por uma biblioteca de qualquer outro país (Miller, 2011).

## **Código de Catalogação: Breve Histórico**

Para entender a importância da RDA, na catalogação atual, é necessário conhecer, ao menos, alguma coisa sobre os códigos de catalogação que a precederam. As primeiras regras de catalogação anglo-americanas foram publicadas no século XIX. Entre as principais normativas catalográficas estão as 91 regras redigidas por Anthony Panizzi e sua equipe, para serem aplicadas aos catálogos do Museu Britânico.

Essas regras aprovadas em 1841, pelos diretores do Museu, influenciaram todos os outros códigos subsequentes, como os de Charles C. Jewett e, em especial, Charles Ammi Cutter que publicou em 1876, suas *Rules for a dictionary catalog*. Sobre esse código, é comum pensar que, devido ao título, seja uma obra com instruções apenas para elaboração de catálogos-dicionários impressos. Entretanto, apesar de propósito, é ainda assim considerada uma das mais importantes normas catalográficas, e que serviu de base para os catalogadores. A sua importância também está na inclusão de normas para

entrada de autor e título, bem como para a representação descritiva, cabeçalho de assunto, e ainda alfabetação de fichas bibliográficas (Barbosa, 1978).

Um código internacional também foi desenvolvido pela *American Library Association* (ALA) e a *Library Association* (Grã-Bretanha), em 1908. Muitas das regras anteriormente estabelecidas por Panizzi, Cutter, Jewett, bem como as regras da *Library of Congress* foram incluídas neste Código (conhecido como Código AA ou, também, Código ALA), algumas como regras-padrão e outras como regras suplementares. O fato de ter sido apoiado por grandes entidades de classe contribuiu para que esse Código fosse bem recebido não só nos Estados Unidos, mas também em vários outros países (Barbosa, 1978; Gorman, 2010).

Revisões desse Código foram publicados nos anos de 1941 e 1949. A revisão de 1949 foi considerado uma coleção de casos, muitos altamente específicos a determinados contextos. E, neste sentido, por eles não estarem baseados em uma teoria de normatização, eram inúteis quando os catalogadores precisaram lidar com novas situações documentais. Como resultado, essa compilação de casos foi amplamente ignorada fora do ambiente norte-americano da biblioteconomia (GORMAN, 2010).

Na década de 1950, Seymour Lubetzky, então bibliotecário da *Library of Congress*, analisou a revisão do código de 1949 e recomendou que as edições posteriores do mesmo fossem baseadas em princípios orientadores, em vez de se consistir em lista de vários casos.

Em 1961, a Conferência Internacional sobre Princípios da Catalogação foi realizada em Paris, onde a declaração de doze princípios acordados entre os países participantes, passou a ser conhecida como os Princípios de Paris.

Esses Princípios deveriam ser adotados pelos códigos e processos catalográficos. As primeiras de Regras de Catalogação Anglo-Americanas (*Anglo-American Cataloging Rules* – AACR) foram publicadas em 1967, em duas versões substancialmente diferentes, uma para Estados Unidos e outro para o Reino Unido, por divergências na redação conjunta do Código. Entretanto, o Código na versão Inglesa, publicado antes da versão norte-americana, foi considerado mais fiel aos ideais de Lubetzky e às declarações dos Princípios de Paris. Porém, as duas versões do AACR foram revistas sob o ponto de vista da padronização, e uma nova edição, denominada AACR2, foi publicada em 1978.

Essa edição era realmente um novo código, organizado de forma diferente do AACR de 1967. Foi chamado AACR2, no entanto, porque os responsáveis por sua edição pensaram que os catalogadores não aceitariam um código completamente novo, apenas onze anos após a publicação do AACR. Desta vez, os representantes, bibliotecários norte-americanos e ingleses, foram essencialmente os mesmos (Barbosa, 1978; Gorman, 2010; MILLER, 2011).

## **RDA: Desenvolvimento**

Quando o AACR2 foi publicado, em 1978, a maioria dos catálogos bibliográficos estavam estruturados em móveis com gavetas repletas de fichas impressas, bem como a maioria das obras tratadas pelas bibliotecas eram textos impressos. Entretanto, a partir da década de 1990 a maioria das bibliotecas havia convertido suas fichas em registros bibliográficos eletrônicos e, deste então, também os recursos informacionais passam a ser disponíveis em outros formatos, incluindo suportes como: CD-ROM e DVDs (GORMAN, 2003; TAYLOR, 2004).

Mesmo os documentos monográficos e seriados mudaram suas formas de publicação para o formato eletrônico. Os catalogadores passaram a lidar com essas mudanças, buscando aplicar o código de catalogação vigente, e que diante dos novos formatos documentais, se tornou cada vez mais desatualizado e, portanto, incapaz de dar suporte à tomada de decisão na representação descritiva.

Assim, as mudanças provocadas pelas tecnologias da informação e comunicação, iniciadas nos anos de 1970, impactam o mundo de forma ampla. Os computadores pessoais tornaram-se poderosos e acessíveis, e a *World Wide Web* revolucionou a maneira das pessoas buscarem e encontrarem informações, além da maneira como se comunicarem.

Com a popularização da web, as expectativas dos usuários de biblioteca mudaram. Desta forma, os usuários se acostumaram a recuperar grandes conjuntos de resultados a partir de pesquisas com palavras-chave simples e o catálogo da biblioteca passou a ser visto como difícil de usar (COYLE, HILLMAN, 2007).

Tais fatos, entre outros, contribuíram para que especialistas em catalogação sentissem a necessidade de desenvolver um novo código catalográfico, diante da infinidade de tipos de recursos que surgiram após a adoção do AACR2, e visto agora como inadequado.

Apesar de ser continuamente revisado, para acomodar a descrição de outras mídias de informação, o AACR2 continuou um padrão orientado ao impresso, com as suas regras descritivas contendo princípios para materiais impressos (OLIVER, 2011).

O código anglo-ameriano possui capítulos sobre diferentes categorias de materiais informacionais (por exemplo: gravações de som, materiais cartográficos, filmes cinematográficos e gravações de vídeo). Como as novas tecnologias produziram diferentes formatos, alguns deles foram inseridos em mais do que uma das categorias listadas pelo Código, expondo uma discrepância lógica na categorização de materiais.

Algumas das categorias estão baseadas em conteúdo (materiais cartográficos, materiais gráficos, artefatos tridimensionais e realia), enquanto outras são baseadas no suporte, ou seja, no meio físico em que os conteúdos são armazenados (gravações de som, filmes cinematográficos, gravações de vídeos, recursos eletrônicos e microformas) (OLIVER, 2011).

Exemplo desta discrepância é o do recurso que se inclui em mais de uma categoria do AACR2, caso do mapa publicado eletronicamente. Situação na qual questiona ao catalogador se deve seguir o capítulo para materiais cartográficos ou o capítulo sobre recursos eletrônicos.

Outra deficiência do AACR2 refere-se ao seu forte viés anglo-ameriano. À medida que mais e mais bibliotecas, em todo o mundo, compartilham registros entre si, torna-se importante haver um código catalográfico aceito, para além do Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália (OLIVER, 2011).

No esforço em tornar os códigos de catalogação baseados em princípios e aceitos internacionalmente, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA, 1997), a partir dos anos de 1990, instalou um comitê para estudar a função dos registros bibliográficos em relação às necessidades dos usuários. Após de vários esboços, o Comitê produziu o documento: Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), em 1997.

O FRBR é descrito como um novo modelo conceitual do universo bibliográfico. A maioria dos conceitos expressos no FRBR esteve implícita no processo catalográfico e de controle de autoridade. No entanto, no FRBR esses conceitos são explicitamente definidos e colocado em um quadro teórico baseado em princípios. Ademais, o FRBR define quatro tarefas do usuário: encontrar recursos que atendam a critérios de pesquisa declarados; identificar que um recurso é o que se procura; distinguir entre diferentes recursos com características semelhantes; selecionar o recurso que atenda às necessidades; e obter acesso ao recurso (RIVA, 2007).

Além de baseado nas tarefas do usuário, o FRBR se fundamenta no modelo de entidade-relacionamento, um conceito da área de bancos de dados. Este modelo é composto de diferentes entidades e das relações entre eles. O modelo é mais complexo do que o esquema de banco de dados relacional atualmente usado em catálogos de bibliotecas.

No modelo da entidade-relacionamento, uma entidade pode ser pensada como uma “coisa”. Existem diferentes tipos de entidades. Cada entidade é definida e possui seus atributos também definidos.

Da mesma forma, cada tipo de relacionamento entre as entidades é definido e tem seus atributos também definidos. Este nível de detalhe permite que os registros bibliográficos sejam analisados em pequenos elementos. O fato de cada atributo ser definido com precisão significa que os usuários podem identificar e selecionar recursos com mais precisão.

Tome-se, por exemplo, o livro *Harry Potter and the Philosopher's Stone* (Harry Potter e a Pedra Filosofal), publicado na Inglaterra pela Bloomsbury, em 1997.

O livro também foi publicado, nos Estados Unidos, pela Scholastic como *Harry Potter and the Sorcerer's Stone* (Harry Potter e a Pedra do Feiticeiro). A obra foi traduzida para vários idiomas e publicada em diferentes edições. Neste exemplo, o FRBR relacionaria todas as diferentes versões criando uma entidade chamada Obra.

A obra *Harry Potter and the Philosopher's Stone* serve de guarda-chuva para as numerosas traduções, edições, adaptações e versões sofridas. Isso é útil para os usuários que desejam saber quais as versões inglesas e quais as norte-americanas são as mesmas obras, e que procuram diferenciar entre edições para discernir entre outros livros de Harry Potter (MILLER, 2011).

Sob o modelo do FRBR, os registros no catálogo bibliográfico tornam-se pesquisáveis de forma mais sofisticada do que a forma pela qual foram inseridos nos catálogos automatizados sob conceito tradicional, e tornados disponíveis online. No entanto, os registros catalográficos ainda não são compatíveis com a forma da informação disponível na Web, e com o qual a maioria dos usuários estão familiarizados.

O problema com os registros bibliográficos é que não são robustos como outros dados bibliográficos com os quais os usuários se acostumaram. Exemplo, nesse sentido, são as informações que alimentam o *Google Maps*, um serviço que permite ao usuário visualizar e até ampliar qualquer local geográfico da terra. É possível encontrar fotos de um determinado local, mudar para uma visualização que simula a experiência de andar por uma rua, e muito mais. Por trás do *Google Maps*, há registros ligados que podem ser manipulados pelos computadores, por detrás da interface apresentada (COYLE, 2010).

No caso das bibliotecas, a maioria dos registros catalográficos consistem de um conjunto de texto, não manipuláveis por computadores semelhante ao *Google Maps*. Além disso, embora útil para as bibliotecas, o formato MARC é diferente de qualquer outro formato de dados usado por outras comunidades de informação. Como resultado, os registros de biblioteca não funcionam bem com outros tipos de registros. Ficam em desvantagem quando descobertos na web (COYLE, 2010).

Tim Berners-Lee prognosticou uma visão do futuro da Web, denominada de Web Semântica, e que consistiria na existência de dados estruturados e vinculados de modo que uma máquina entendesse o significado dos dados, manipulasse e sintetizasse esses dados de maneira complexa e enriquecedora do que seria possível na atualidade. A web semântica depende do desenvolvimento de um dado vinculado estruturado que defina “coisas” e as relações entre elas. É um conceito em franco desenvolvimento (BERNERS-LEE, HENDLER, LASSILA, 2001).

O *Joint Steering Committee for Revision of AACR2* - JSC deu início, em 2004, na redação de uma revisão para o AACR2, e que foi designada, inicialmente, como Regras de Catalogação Anglo-Americana, terceira edição (AACR3). Com base em manifestações durante o processo de revisão, o JSC

decidiu que era necessária uma abordagem diferente. O trabalho em desenvolvimento foi renomeado para *Resource Description and Access* (RDA).

O JSC também renomeou sua nomenclatura para *Joint Steering Committee for Development of RDA*. Esse Comitê incorporou os princípios do FRBR, na RDA. Optou-se para que os pressupostos da norma adotassem o conceito de entidade-relacionamento usado pelo FRBR. Esse conceito aplicado aos bancos de dados requer que a informação seja analisada e definida em detalhe, e antecipou que a RDA funcionaria bem com a Web Semântica (MILLER, 2011).

Os capítulos iniciais da RDA foram publicados entre os anos de 2005 e 2007 e, em 2008, foi lançado um primeiro documento completo. O texto foi posteriormente revisado, com base em manifestações e sugestões públicas. O documento final da RDA foi encaminhado para edição em junho de 2009, e publicada em junho de 2010 (OLIVER, 2011).

## **RDA versus AACR2: uma breve comparação**

Apesar de se dizer que a RDA é uma substituição do AACR2, e que foi desenvolvida de maneira a permitir compatibilidade com os registros anteriormente produzidos, até onde for possível, há diferenças entre os códigos.

Anhalt e Stewart (2012), destacam duas grandes diferenças que são evidentes por estarem nos objetivos da organização de ambas as normas. Primeiro, o AACR2 foi publicado em 1978, ainda sob o paradigma dos catálogos em fichas. Isso no que refere à descrição do recurso e ao padrão de exibição da representação, prescrevendo detalhes traços ou recuo entre campos descritivos e a ordem dos elementos bibliográficos na descrição. Segundo, a pontuação da ISBD usada para designar esses elementos bibliográficos e dar uma visualização da representação elaborada.

Por outro lado, a RDA surge no contexto do ambiente digital, relativamente com pouca padronização no formato de exibição dos registros, e preconizado como um padrão de conteúdo.

O Apêndice D, na RDA, fornece orientações sobre as especificações da ISBD, visando dar às bibliotecas a opção de continuar a usar as sinalizações e ordenamentos dessa norma, mas isso é opcional. A organização estrutural

e conceitual das normas RDA e AACR2 diferem. Talvez, o primeiro contato do bibliotecário com a RDA pode parecer confuso e mesmo intimidar.

A divisão do AACR2 em duas partes e os apêndices é uma característica própria. A sua parte I é dedicada à descrição, e se subdivide em capítulos por tipologia de materiais. As regras gerais estão no capítulo I e fornecem apoio à descrição aos capítulos específicos ou categorias documentais, cujas regras paralelas às regras gerais, foi um passo significativo a frentes dos processos catalográficos e, em especial, dos códigos anteriores. A segunda parte está orientada à escolha e forma do cabeçalho para pessoas, entidades coletivas e títulos.

Todos os recursos de informação, foram tratados com paridade no AACR2, código descritivo baseado em princípios, porém com limitações. Notadamente, quando um novo recurso ou nova variante de um recurso existente entrasse em cena um novo capítulo deveria ser adicionado à Parte I ou um capítulo preexistente deveria ser revisto para a nova inclusão.

Segundo Oliver (2007), dentre outros aspectos da RDA, que fazem a diferença do AACR2, está o seu foco no usuário, e não nas regras em si. Apesar de aproveitar o que se considera como positivo no AACR2.

A RDA, nesse sentido, é concebida como um meio de descrição e de acesso aos recursos, independentemente dessa forma. A sua estrutura deriva das entidades e atributos preconizados pelo FRBR (conforme já comentado) e pelo FRAD (Requisitos Funcionais para dados de Autoridades) que identificam os principais componentes dos dados bibliográficos e de autoridade, bem como avaliam a utilidade de cada componente na execução das tarefas de usuário. Os modelos proporcionam uma mudança de perspectivas porque os dados são analisados segundo sua utilidade para quem os utilizar; também assumem a promoção da navegação em catálogos e bases de dados (OLIVER, 2011).

## **RDA: Estrutura e Organização**

A RDA não é apenas um novo rearranjo de regras catalográficas, mas uma reconceituação dos processos descritivos e de construção de catálogos sob a luz do universo bibliográfico, na ambiência digital.

O seu conjunto de instruções e orientações instruem os procedimentos da descrição, considerando as funções que o usuário necessita realizar no catálogo (encontrar, identificar, seleccionar e obter) para consultar um recurso.

No Quadro 1 apresenta-se a estrutura do AACR2, dividido em duas partes composta de 20 capítulos e mais 5 apêndices.

**Quadro 1 – Estrutura do AACR2**

<b>Partes</b>	<b>Capítulos</b>
<b>I –</b> Capítulos da Descrição por tipo de material	<b>1.</b> Regras Gerais de Descrição; <b>2.</b> Livros, Folhetos e Folhas Impressas; <b>3.</b> Materiais Cartográficos; <b>4.</b> Manuscritos; <b>5.</b> Música; <b>6.</b> Gravações de sons; <b>7.</b> Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeos; <b>8.</b> Materiais Gráficos; <b>9.</b> Recursos Eletrônicos; <b>10.</b> Artefatos Tridimensionais e Realia; <b>11.</b> Microformas; <b>12.</b> Recursos Contínuos; <b>13.</b> Análise.
<b>II –</b> Capítulos sobre Pontos de Acesso, Títulos Uniformes, Remissivas.	<b>21.</b> Escolha dos Pontos de Acesso; <b>22.</b> Cabeçalhos para Pessoas; <b>23.</b> Nomes Geográficos; <b>24.</b> Cabeçalhos para Entidades; <b>25.</b> Títulos Uniformes; <b>26.</b> Remissivas.
Apêndices	<b>A:</b> Uso de Maiúscula; <b>B:</b> Abreviatura; <b>C:</b> Numerais; <b>D:</b> Glossário; <b>E:</b> Artigos iniciais.

A estrutura da RDA, visualizada no Quadro 2, é organizada em: 10 seções, 37 capítulos e 13 apêndices. Além de um capítulo inicial (o) de introdução. Observa-se que a representação descritiva, com a RDA tem início a partir das instruções e orientações da Seção 1, capítulos 1-4. O capítulo de introdução da RDA fornece os parâmetros de utilização e aplicação da norma.

**Quadro 2 – Organização da Estrutura da RDA**

<b>Seções e Apêndices</b>	<b>Capítulos e Apêndices</b>
<b>Seção 0</b>	<b>Introdução</b>
<b>Seção 1:</b> Registro dos Atributos de Manifestação e Item	<b>Cap. 1:</b> Diretrizes Gerais para Registro dos Atributos de Manifestação e Item; <b>Cap. 2:</b> Identificação de Manifestação e Item; <b>Cap. 3:</b> Descrição de Suportes; <b>Cap. 4:</b> Provimento de Informação sobre Aquisição e Acesso.
<b>Seção 2:</b> Registro dos Atributos de Obras e Expressão	<b>Cap. 5:</b> Diretrizes Gerais para Registro dos Atributos de Obras e Expressão Geral; <b>Cap. 6:</b> Identificação de Obras e Expressão; <b>Cap. 7:</b> Descrição de Conteúdo;
<b>Seção 3:</b> Registro dos Atributos de Agentes	<b>Cap. 8:</b> Diretrizes Gerais para Registro dos Atributos de Agentes; <b>Cap. 9:</b> Identificação de Pessoas; <b>Cap. 10:</b> Identificação de Famílias; <b>Cap. 11:</b> Identificação de Entidades Corporativas.
<b>Seção 4:</b> Registro de Atributos de Conceitos, Objeto, Evento e Lugar	<b>Cap. 12:</b> Diretrizes Gerais para Registro de Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares; <b>Cap. 13:</b> Identificação de Conceitos; <b>Cap. 14:</b> Identificação de Objeto; <b>Cap. 15:</b> Identificação de Eventos; <b>Cap. 16:</b> Identificação de Lugares.
<b>Seção 5:</b> Registro de Relações Primárias entre Obras, Expressão, Manifestação e Item	<b>Cap. 17:</b> Diretrizes Gerais para Registro de Relações Primárias;
<b>Seção 6:</b> Registro de Relações de Agentes	<b>Cap. 18:</b> Diretrizes Gerais para Registro das Relações de Agentes Associados com uma Obra, expressão, Manifestação e Item; <b>Cap. 19:</b> Agentes Associados a uma Obra; <b>Cap. 20:</b> Agentes Associados a uma Expressão; <b>Cap. 21:</b> Agentes Associados a uma Manifestação; <b>Cap. 22:</b> Agentes Associados a um Item.
<b>Seção 7:</b> Registros das Relações para Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	<b>Cap. 23:</b> Diretrizes Gerais sobre o Registro de Relacionamentos entre Obra e Assuntos;

continua...

**Quadro 2 – Organização da Estrutura da RDA**

<b>Seções e Apêndices</b>	<b>Capítulos e Apêndices</b>
<b>Seção 0</b>	<b>Introdução</b>
<b>Seção 8:</b> Registro das Relações entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens	<b>Cap. 24:</b> Diretrizes Gerais sobre Registros das Relações entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens; <b>Cap. 25:</b> Obras Relacionadas; <b>Cap. 26:</b> Expressões Relacionadas; <b>Cap. 27:</b> Manifestações Relacionadas; <b>Cap. 28:</b> Itens Relacionados.
<b>Seção 9:</b> Registro das Relações entre Agentes	<b>Cap. 29:</b> Diretrizes Gerais sobre Registro das Relações entre Agentes; <b>Cap. 30:</b> Pessoas Relacionadas; <b>Cap. 31:</b> Famílias Relacionadas; <b>Cap. 32:</b> Entidades Corporativas Relacionadas.
<b>Seção 10:</b> Registro das Relações entre Conceito, Objetos, Eventos e Lugares	<b>Cap. 33:</b> Diretrizes Gerais sobre Registro das Relações entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares; <b>Cap. 34:</b> Conceitos Relacionados; <b>Cap. 35:</b> Objetos Relacionados; <b>Cap. 36:</b> Eventos Relacionados; <b>Cap. 37:</b> Lugares Relacionados.
Apêndices	<b>A:</b> Uso de Maiúscula; <b>B:</b> Abreviações e Símbolos; <b>C:</b> Artigos Iniciais; <b>D:</b> Sintaxes de Registros para Dados Descritivos; <b>E:</b> Sintaxes de Registros para Controle do Ponto de Acesso; <b>F:</b> Instruções Adicionais sobre Nomes de Pessoas; <b>G:</b> Títulos de Nobreza, Termos relativos a Hierarquia, etc.; <b>H:</b> Datas no Calendário Cristão; <b>I:</b> Designadores de Relacionamentos: Relações entre uma Obra, expressão, Manifestação ou Item e Agentes; <b>J:</b> Designadores de Relacionamentos: Relações entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens; <b>K:</b> Designadores de Relacionamentos: Relações entre Agentes; <b>L:</b> Designadores de Relacionamentos: Relações entre Conceitos, Objetos, Eventos, e Lugares; <b>M:</b> Indicações de Relacionamentos: relacionamentos de Assuntos.

Sobre os apêndices, ressalte-se aqueles relacionados com a apresentação e visualização dos registros bibliográficos. Como a maioria dos capítulos da RDA estão orientadas para o conteúdo, fica liberada dos aspectos formais da apresentação dos registros, colocada sob a decisão da agência bibliográfica. Desta forma, os apêndices D e E proporcionam

um mapeamento dos dados bibliográficos, sendo que o apêndice D fornece a codificação dos dados segundo a ISBD e o formato MARC 21; e o apêndice E centra-se na apresentação e codificação dos pontos de acesso (GONZÁLEZ ALASTUEY, 2011).

## **RDA e a Terminologia**

A maior parte da terminologia da RDA tem origem no FRBR, assim, termos tradicionalmente usuais na catalogação são substituídos. Nesse sentido, o *Joint Steering Committee for Development of RDA*, órgão responsável pelo desenvolvimento da norma, destaca que o termo “entrada principal”, usado no contexto dos catálogos bibliográficos impressos, não é aplicável no ambiente online, onde é recomendado o uso do termo “ponto de acesso preferido”.

O termo “cabeçalho autorizado” ou “cabeçalho controlado” torna-se “ponto de acesso autorizado”, bem como o termo “título uniforme” que também passa a ser designado como “ponto de acesso autorizado” (e que representa tanto uma obra ou uma expressão); as remissivas “ver” e “ver também” tornam-se “pontos de acesso variantes”.

Nessas mudanças de terminologias, a expressão que se originaram na catalogação impressa é substituída por termos que são tanto mais abstratos (menos evocativos dos catálogos em formatos físicos) e, em muitos casos, mais especificamente sugestivo dos relacionamentos entre as entidades FRBR.

Além disso, um dos objetivos da RDA é também substituir a terminologia bibliográfica especializada com termos compreensíveis para diversos ambientes de informação (ANHALT; STEWART, 2012).

## **RDA e a Descrição**

A RDA propõe três mudanças na maneira como as informações são registradas na descrição bibliográfica:

- (1) a informação pode ser retirada de qualquer lugar do recurso descrito, sem indicação especial;
- (2) a informação é para ser transcrita como aparece no recurso; e
- (3) todos os nomes que aparecem na indicação de responsabilidade devem ser indicados.

Na norma antiga, a página de rosto e o verso da página de rosto eram as fontes principais para coleta e registro das informações bibliográficas. Entretanto, com o passar do tempo os editores começaram a exibir suas publicações de forma criativa, e os catalogadores foram orientados a indicar que a informação encontrada não estava nas fontes autorizadas, indicando tais informações entre colchetes.

Com a RDA, as informações podem estar em qualquer lugar do recurso, e o catalogador só utiliza colchetes para indicar as informações requisitadas a partir de fontes externas, como sites e etc.

Outro procedimento, instruído pela RDA, refere-se à transcrição da informação bibliográfica tal como aparece no recurso, com os erros ortográficos e tudo mais.

No AACR2, a correção era acompanhada da sinalização “ **[sic]** ” indicando que a palavra fora grafada incorretamente ou estava ausente.

Na RDA a informação é registrada exatamente como aparece e adicionada em notas e ponto de acesso, conforme for apropriado.

A exceção é mantida para o título principal de uma publicação seriada ou um recurso integrado. Em todos os casos explicar nas notas e fornecer ponto de acesso se for importante, conforme exemplo usando campos MARC:

245 13 \$a La tarea de goberrnar.

246 3# \$i Título correto: \$a La tarea de govarnar

260 ## \$a Lima : \$b Gruppo Andino, \$c 2010.

A RDA, baseada na Declaração dos Novos Princípios de Catalogação, preconiza ao catalogador o procedimento de “registrar o que vê”, e “aceitar o que recebe”. Como exemplo temos a orientação de não abreviar palavras

em campos de transcrição de atributos bibliográficos como no exemplo com campos MARC:

250: Terceira edição revisada (não mudar para: 3ed. rev.).

260: ABC Publishing Company (não mudar para: ABC Pub. Co.).

A razão deste procedimento é a de promover e facilitar o aproveitamento de metadados produzidos por editores, ou contidos nos recursos que se cataloga, evitando realizar mudanças ou ajustes nos dados de informação. Assim, o destaque ao princípio de representação de não abreviar ou substituir palavras que aparecem no recurso (TILLET, 2010).

Para ilustrar algumas das mudanças preconizadas pela RDA, na representação descritiva, adota-se para visualização as áreas da ISBD, com as quais os bibliotecários estão familiarizados.

## Área do Título e Indicação de Responsabilidade

Sobre a indicação de responsabilidade, a regra dos três autores. O AACR2 (1.1F5) se uma indicação de nomes de responsabilidade contém mais de três pessoas ou entidades coletivas executando a mesma função ou com o mesmo grau de responsabilidade, citar o primeiro e omitir todos os demais. Indicar a omissão com a marca (...) e adicionar a abreviação latina: et al. (ou sua expressão et alli) entre colchetes.

Na RDA não existe tal limitação. A norma (2.4.1.5 RDA) instrui o registro da indicação de responsabilidade de mais de uma pessoa, etc, como uma única indicação, independentemente de as pessoas, famílias ou entidades corporativas mencionadas, desempenharem a mesma função ou funções diferentes.

Para a RDA, a regra de três não é aplicável. A omissão é opcional, e fica à critério do catalogador ou da biblioteca.

Exemplo do AACR2:

Second growth : community economic development in rural  
British Columbia / Sean Markey ... [et al.].

Exemplo da RDA:

Second growth : community economic development in rural  
British Columbia / Sean Markey, John T. Pierce, Kelly Vodden, and  
Mark Roseland.

Exemplo da RDA – Omissão opcional:

Second growth : community economic development in rural  
British Columbia / Sean Markey [e três outros].

## Área da Edição

Na RDA, a indicação da edição são elementos transcritos sem abreviação a menos que apareçam desta forma no recurso. No Quadro 3, exemplifica-se a ocorrência entre AACR2 e RDA.

**Quadro 3** – Instruções sobre citação da Edição

<b>AACR2:</b> 1.2B1; B.5A; C.2B1; C.3B1	<b>RDA:</b> 2.5.1.4; 1.8.1
<b>2 ed.</b> Fonte de informação: Segunda edição	<b>Segunda edição.</b> Fonte de informação: Segunda edição
<b>Nouv. éd.</b> Fonte de informação: Nouvelle édition	<b>Nouvelle édition.</b> Fonte de informação: Nouvelle édition
<b>Version 4.</b> Fonte de informação: Version IV	<b>Version IV.</b> Fonte de informação: Version IV
<b>6. Aufl.</b> Fonte de informação: 6. Aufl.	<b>6. Aufl.</b> Fonte de informação: 6. Aufl.

No que se refere as regras do AACR2 para a edição:

- 1.2B1 – transcrever a declaração edição como encontrado no item. Usar as abreviaturas conforme as instruções no Apêndice B e os numerais como instruído no apêndice C.
- B.5A1 – abreviar as palavras, ou substituir uma forma de abreviação na indicação de edição conforme (B.9-B.12, B.15-B.14).

- C.2B1, C3B2 – referem-se à substituição de algarismos arábicos para romanos em áreas e elementos da descrição bibliográfica.

No que se refere às instruções da RDA para a edição:

- 2.5.1.4 – transcreva uma indicação de edição como aparece na fonte de informação. Observando as orientações gerais de transcrição dada em 1.7.
- 1.8.1 – quando os números de gravação, expressa em números ou as palavras em um elemento transcrito, registrar na forma em que aparecem na fonte de informação. Observando as orientações gerais de transcrição dada em 1.7.

## Área da Informação da Publicação

Nesse contexto, as abreviações da catalogação tradicional como “[sl]” e “[sn]” – respectivamente: *sine loco* e *sine nomine*, são exemplos de terminologia específica obscura até mesmo para muitos bibliotecários. A RDA substitui por frases mais claras, como: [local de publicação não identificado]; e [editor não identificado].

O AACR2 indica o uso de abreviações. A RDA não recomenda abreviações neste elemento bibliográfico a menos que eles sejam encontrados nas fontes de informação. Os exemplos abaixo ilustram a indicação de lugar e editor em ambas as normas comentadas:

**Quadro 4** – Uso de expressões latinas na Publicação

<b>AACR2:</b> 1.4B4, 1.4C6, 1.4D6	<b>RDA:</b> 2.8.2.6, 2.8.4.7
[S.l.] : Poote Press, 1987.	[Lugar de publicação não identificada] : Poote Press, 1987.
Vancouver, B.C. : [s.n.], 1951.	Vancouver, British Columbia, Canada : [Editora não identificada], 1951.
[Seattle? : s.n., 1966]	[Seattle?] : [Editora não identificada], [1966]
[S.l. : s.n.], 1962.	[Lugar de publicação não identificado] : [Editora não identificada], 1962

As mudanças, na indicação da publicação e das datas de direitos autorais, preconizadas pela RDA, têm um efeito pouco drástico sobre a apresentação do registro bibliográfico. Fornecem maior precisão na identificação das entidades do FRBR.

O AACR2 reconhece a distinção conceitual entre dois tipos de datas (1.4F1 – 1.4F7), embora as insira no mesmo elemento bibliográfico (data de publicação, distribuição, etc.), e oferece a possibilidade de a data de direitos autorais ser registrada no lugar da data de publicação, se desconhecida (1.4F6).

A RDA preserva essa distinção de forma mais consistente no registro dos dados: data de publicação e data de direitos autorais são registradas como elementos bibliográficos distintos. Nos registros construídos em acordo com a RDA não se deve indicar uma data de direitos autorais sozinha, no lugar de onde não foi determinada a data de publicação; ao invés disso deve-se indicar uma data estimada sob pontuação entre parênteses, com ou sem ponto de interrogação, de acordo com o nível de confiança do catalogador na data indicada.

A data em que uma Obra foi protegida por direitos autorais estabelece as garantias de propriedade que são específicas à própria Obra como propriedade intelectual. A data de direito de cópia é um elemento essencial, quando nem a data de publicação nem a data de distribuição são fornecidas.

A RDA define a data de copyright como uma data associada a uma reivindicação de proteção sob direitos autorais ou um regime similar. As datas do fonograma são consideradas como datas de direitos autorais.

A data do copyright e as datas do fonograma são precedidas do símbolo de direitos autorais (©) e do símbolo de fonograma (<sup>FP</sup>). Os catalogadores são obrigados a registrar apenas a última data de direitos autorais quando um recurso tem várias datas de direitos que se relacionam com vários aspectos do recurso (WEBER; AUSTIN, 2011).

No que se refere à estimativa da data, assim como o AACR2 apresenta regra específica, a RDA também preserva orientação semelhante conforme Quadro comparativo 5, contendo algumas situações na orientação das datas.

**Quadro 5** – Comparação entre AACR e RDA na citação de Datas

<b>AACR2: 1.4F7</b>	<b>RDA: 1.9.2 – registro de datas</b>
[1971 ou 1972]	[1971 ou 1972]
[1969?]	[1969?]
[entre 1906 e 1912]	[entre 1906 e 1912]
[ca. 1960]	[cerca de 1960?]
[197-]	[entre 1970 e 1979]
[197-?]	[entre 1970 e 1979?]
[18--]	[entre 1800 e 1899]
[18--?]	[entre 1800 e 1899?]
[não depois de 21 Ago., 1492]	[não depois de 21 de Agosto de 1492] [não antes de 22 de Abril de 2010]

## Área da Descrição Física

Como ocorre com a indicação de dados de distribuição da publicação, a descrição física sob a RDA apresenta especificações próprias, a começar pela designação, chamada de Descrição do Suporte. Entretanto há duas exceções.

As abreviações são substituídas por palavras ou frases completas. No Quadro 6 exemplifica-se a aplicação, no caso de manuscritos.

**Quadro 6** – Citação na Descrição Física do Recurso

<b>AACR</b>	<b>RDA</b>
xvi, 323 p.	xvi, 323 páginas
[93] p.	93 páginas não numeradas
ca. 500 p.	cerca de 500 páginas
3 v. (1457 p.)	3 volumes (1457 páginas)
45, [40] f.	45 folhas, 40 folhas não numeradas
257 [i.e. 257] p.	257, ou seja, 257 páginas
180 p., 30 v. folhas de lâminas	180 páginas, 30 volumes de folhas de lâminas.

As duas exceções no uso de abreviações são mantidas para centímetros (cm) e polegadas (pol.), usado para medida de altura e largura de

materiais impressos manuscritos ou para diâmetro de discos. As medidas são convenções internacionais, e no caso de cm (não usa ponto).

Para a instrução RDA (7.15), por exemplo, se o recurso contém conteúdo ilustrativo, registra-se com a palavra ilustração ou ilustrações, conforme o caso. Desconsidera-se páginas de títulos ilustradas, etc., e ilustrações de menor importância. Exemplos de aplicação em:

#### Quadro 7 – Citação da Ilustração no Recursos

<b>AACR2</b>	xxiii, 554 p. : il. ; 24 cm.	xv, 453 p., [16] p. de lâminas : il. (algumas col.), mapas (alguns col.) ; 24 cm.
<b>RDA</b>	xxiii, 554 páginas : ilustração ; 24 cm	xv, 453 páginas, 16 páginas de lâminas não numeradas : ilustrações (algumas coloridas), mapas (alguns coloridos) ; 24 cm

## Área da Série

O título principal e a numeração da série são os elementos essenciais para a RDA. A diferença substancial para a AACR2 é que a RDA não faz uso de abreviações.

AACR2 (1.6G) determina que se dê a numeração do item dentro da série nos termos indicados no item. Além de usar abreviaturas de acordo com as instruções do apêndice B e dos números conforme indicado no apêndice C.

Exemplos:

Dictionary of literary biography ; v. 68

*A numeração na fonte de informação é: Volume Sixty-eight*

B.C. geographical series ; \$v no. 51

*Numeração na fonte de informação: NUMBER 51*

Na RDA (2.12.9.3), registra-se a numeração do recurso dentro da série, tal como aparece na fonte de informação. É aplicada as diretrizes gerais sobre a transcrição indicada (1.7 RDA) e as diretrizes gerais sobre números expressados como números ou como palavras (1.8 RDA).

Não se capitaliza um termo que faça parte da numeração da série, a menos que as instruções, no apêndice A, apropriadas para o idioma envolvido indiquem uso de maiúscula (por exemplo, capitalização nominal em alemão). Capitalizar outras palavras e dispositivos alfabéticos usados como parte de um sistema de numeração de acordo com o uso no recurso.

Exemplos:

Dictionary of literary biography ; volume 68

B.C. geographical series ; number 51

Nos exemplos a seguir, a RDA instrui para transcrever a numeração da Série e da Subsérie, portanto, tal como aparece no recurso descrito:

Exemplos:

volume 32 – não mudar para “v. 32”

tomo 4 – não mudar para “t. 4”

Band LXXXVIII – não mudar para “Bd. 88”

Mesmo na indicação da numeração de Seriadados ou Recursos Contínuos, a RDA orienta a transcrição dos dados de sequência e meses como aparecem no recurso descrito.

Exemplos:

Volume X, número 1

– não trocar para “Vol. 10, no. 1”

Agosto 2010

– não trocar para “ago. 2010”

## Área das Notas

Não há seção especial sobre as notas no RDA. Orientações sobre as mesmas estão espalhadas por todo o documento normativo. Os pontos de acesso

do RDA não precisam ser justificados no corpo do registro, por isso notas dos catalogadores compostas segundo AACR2 simplesmente para justificar uma entrada adicional não precisam ser feitas da mesma forma na RDA.

As instruções gerais sobre as notas (1.10 RDA) instrui que quando as instruções nos Capítulos 2 – 7 especificam a necessidade de se elaborar uma nota, aplicada às seguintes instruções gerais indicadas em:

- Maiúsculas (ver 1.10.2 RDA); Citação (ver 1.10.3 RDA); Referências (ver 1.10.4 RDA); Aplicabilidade da informação registrada em uma nota (ver 1.10.5 RDA).
- Capítulo 2 – Manifestação e Item, da RDA, a instrução 2.17 é dedicada às notas desta entidade. Destaca que as notas sobre as manifestações de um recurso são notas que proporcionam informações sobre os atributos da manifestação. Recomenda que se retire as informações para as notas sobre a manifestação descrita de qualquer fonte.
- Capítulo 3 – Descrição de Suportes, da RDA, a instrução 3.21 é dedicada às notas.
- Capítulo 4 – Proporciona informações de Aquisição e Acesso. Visa proporcionar orientações gerais e instruções sobre o registro dos atributos das manifestações e itens que são utilizados com frequência para suportar a aquisição e o acesso. Estes atributos se registram utilizando os elementos incluídos neste capítulo. Os elementos no capítulo 4 são os que se utilizam para obter ou acessar a um recurso (por exemplo, termos de disponibilidade, informação de contato, restrições de acesso, etc.).
- Capítulo 5 – Orientações gerais sobre o registro dos atributos das Obras e das Expressões. Contempla as notas do catalogador (5.9 RDA) que se refere as anotações que podem ser úteis para aqueles que usam ou revisam o ponto de acesso autorizado que representa uma obra ou expressão, ou que criam um ponto de acesso autorizado que representa uma obra relacionada ou uma expressão relacionada.
- Capítulo 7 – Descrição de conteúdo, fornece orientações e instruções gerais sobre o registro dos atributos das obras e expressões que estão associadas com o conteúdo intelectual ou

artístico de um recurso. Estes atributos são registrados utilizando os elementos incluídos neste capítulo. As notas relativas aos atributos do capítulo (7.29 RDA) refere-se as anotações que forneçam informação adicional sobre o conteúdo registrado como um atributo da expressão.

- Capítulo 6 – Identificação de Obras e Expressões, pelas características e instruções não apresentam orientações para notas.

## **RDA: Tipo de Conteúdo, Mídia e Suporte**

Uma das significativas diferenças na representação descritiva entre AACR2 e RDA relaciona-se à substituição da Designação Geral do Material – DGM, por três novos elementos bibliográficos: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte. Para cada um dos elementos há um conjunto de termos ou vocabulário controlado. O tipo de conteúdo é um atributo do nível da Entidade Expressão (os outros dois tipos são do nível da Entidade Manifestação), e indica a forma de comunicação em que o conteúdo é expresso, e pelo sentido humano através do qual o elemento bibliográfico se destina a ser percebido. Exemplos incluem: performance musical; texto; e imagens em movimento bidimensionais.

O tipo de mídia refere-se ao tipo de dispositivo intermediário que seja necessário para visualizar, operar ou executar o conteúdo do recurso. Os exemplos incluem: áudio; computador; microforma; vídeo; e não mediada.

O tipo de suporte é considerado uma categoria mais específica do que o tipo de mídia. Refere-se ao formato do meio de armazenamento ou container do veículo de informação em combinação com o tipo de dispositivo de intermediação necessário para visualizar, operar e executar o conteúdo de um recurso. Os exemplos incluem: disco de áudio; recurso on-line; microficha; videocassete; e volume (para texto).

No exemplo a seguir contempla-se o uso dos três tipos de elementos bibliográficos como ilustração, em uma monografia impressa, codificados no MARC 21 - Bibliográfico. O tipo de conteúdo indicado na etiqueta MARC 21 (336) é texto, isto é, a forma de comunicação percebida por meio da visão.

O tipo de mídia, da mesma forma indicada na etiqueta MARC 21 (337) é não mediada por não haver necessidade de nenhum dispositivo, além do próprio livro para acessar o conteúdo.

E o tipo de suporte (etiqueta MARC – 338) é volume por abrigar e armazenar o conteúdo.

Exemplos:

265 páginas, 15 páginas não numeradas : ilustrações coloridas, mapas ; 28 cm

**336 \$a** Texto **\$2 rdacontent**

**337 \$a** não mediado **\$2 rdamedia**

**338 \$a** volume **\$2 rdacarrier**

Todos esses termos são controlados, ao se indicar no subcampo MARC - \$2, onde cada uma das etiquetas citadas possuem uma lista dos termos determinados e contidos nas instruções (3.1; 3.2; 6.9) da própria RDA.

## **RDA: outras mudanças**

Apesar de seguir uma lógica descritiva semelhante ao AACR2, no que se refere aos elementos bibliográficos, a RDA recomenda um conjunto de elementos essenciais que podem ser usados para descrever recursos. Esses elementos essenciais também são similares aos preconizados pelo *Program for Cooperative Cataloging's* (PCC) ao nível de padronização pelos registros bibliográficos.

Essa padronização essencial do PCC permite que as bibliotecas criem e troquem registros que atendam a um conjunto mínimo de elementos padronizados. Os elementos essenciais da RDA (instrução 0.6.2) para a descrição dos atributos da manifestação ou obra são os seguintes:

- Título principal
- Indicação de responsabilidade relacionados ao título principal (se há mais de uma indicação, somente o primeiro registrado é necessário)

- Indicação de edição
- Indicação do nome do revisor da edição
- Data de produção (para um recurso em formato não publicado)
- Local de publicação (se há mais de um, somente o primeiro registrado é necessário)
- Nome do editor (se há mais de um, somente o primeiro registrado é necessário)
- Data de publicação
- Local de distribuição
- Nome do distribuidor (para um recurso publicado, se o editor não é identificado; se houver mais de um, apenas o primeiro registrado é necessário)
- Data da distribuição (se a data de publicação não é identificada)
- Local de fabricação
- Nome do fabricante (se nem o editor e nem o Distribuidor é identificado; se houver mais de um, apenas o primeiro registrado é necessário)
- Data de fabricação (se a data de publicação, a data da distribuição, e a data de copyright não é identificada)
- Data de Copyright (se a data de publicação, e nem data de distribuição é identificada)
- Título principal da série
- Numeração dentro da série
- Título principal da subsérie
- Numeração dentro da subsérie
- Identificador para a manifestação (se há mais de um, prefira um identificador internacionalmente reconhecido, se aplicável)
- Tipo de suporte
- Extensão (somente se o recurso está completo ou se é conhecida a extensão total)

As instruções para os catalogadores em RDA incluem elementos adicionais quando for necessário na distinção de um determinado recurso de

outro, e para acrescentar algum elemento adicional considerado necessário pela agência catalogadora ou a juízo do próprio catalogador.

## **RDA: controvérsias**

Embora quase todas as comunicações oficiais da ALA e da *Library of Congress* tenham sido positivas sobre a RDA, muitos na comunidade de catalogação têm expressado dúvidas sobre vários aspectos da RDA.

Uma preocupação séria é a validade do foco declarado pela RDA no usuário. Os desenvolvedores dos princípios FRBR, sobre os quais a RDA é parcialmente baseada, descreve quatro tarefas básicas do usuário. Contudo, nenhum estudo de usuários estava envolvido na definição dessas tarefas (HOFFMAN, 2009).

Outra preocupação é o custo de implementação da RDA. O RDA Toolkit é oferecido como uma assinatura anual com base em preço para dois ou mais usuários com valores oscilando entre \$181 à \$163 dólares. Uma assinatura para um único usuário é oferecida a partir de \$191 dólares por ano (RDA Toolkit, 2017).

Outro custo envolvido na implementação refere-se ao treinamento de catalogadores para utilizar o novo padrão. Ter pessoal deslocando-se para realizar treinamento em locais externos ao ambiente de trabalho tem alto custo, mesmo o treinamento on-line não é barato quando vários catalogadores, da mesma organização, têm que se inscrever (HOFFMAN, 2009).

Uma preocupação significativa é o fato da RDA ser projetada para operar em um ambiente de informação que ainda está em consolidação, pois a Web Semântica é conceito em desenvolvimento (MARSHAL & SHIPMAN, 2003).

Outra preocupação está relacionada a inexistência de sistemas integrados de bibliotecas que explorem toda a capacidade da RDA. O que contribui para a busca de uma alternativa à RDA, as chamadas *Cooperative Cataloging Rules*, surgiu em 2009. Baseia-se na comunidade de catalogação e destina-se a permitir que as atuais regras de catalogação (AACR2) sejam mantidas e atualizadas por catalogadores que optam por não adotar a RDA (Cooperative, 2017).

## **RDA: Vantagens**

A RDA foi projetada com foco nos usuários. Como incorpora os princípios FRBR, a RDA coloca diferentes versões e edições da mesma obra. Os usuários tendem a observar melhor as diferenças entre recursos similares, e assim, navegarem facilmente por entre os recursos da biblioteca.

A RDA elimina práticas confusas, como listar apenas o primeiro autor das obras com mais de três autores e o uso de abreviações latinas. Outra vantagem é o seu potencial em permitir que a informação bibliográfica seja entendida pelos computadores, o que possibilita uma experiência de descoberta mais rica para os usuários (MILLER, 2011). Emerge o potencial de integração dos processos catalográficos com os recursos de inteligência artificial ou cognitiva.

A RDA é uma norma descritiva forte porque é baseado em princípios e tem vínculos conceituais com o passado, especialmente com o AACR2. Os princípios do AACR2 não foram abandonados, mas reconfigurados sob as bases de desenvolvimento da RDA. Assim a Norma está projetada para criar registros que coexistam com os registros AACR2, nos catálogos de bibliotecas (OLIVER, 2011).

A RDA abordou preocupações com o AACR2, como sua ênfase no tratamento de materiais impressos e processos baseados em um ambiente de fichas. É flexível ao ponto de acomodar outros grupos não-bibliográficos, como as comunidades das áreas da Museologia e da Arquivologia que criam metadados descritivos.

Finalmente, espera um futuro em que os dados da biblioteca escapem dos limites do catálogo bibliográfico e apareçam na web (OLIVER, 2011).

A Norma realça como mais significativos em seus propósitos, servir de padrão para a descrição e o acesso de recursos não só do ambiente analógico ou impresso, mas em especial do ambiente digital.

Orientar a construção de registros descritivos que propiciem ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter o recurso desejado. Desta forma, a RDA foi concebida para uso com todo tipo de esquema de metadados utilizados na descrição e apresentação de dados relativos a um recurso informacional (MARC 21, MODS, Dublin Core etc.), (WEBER & AUSTIN, 2011).

## Considerações Finais

A RDA é adotada por várias e importantes bibliotecas. No entanto, muitas bibliotecas continuam a usar o AACR2. A sua adoção generalizada é gradual e deve levar algum tempo, até por haver movimento pela continuidade de uso e atualização do AACR2.

Agências bibliográficas que adotam a RDA, os registros do catálogo aparecem com a diferenças determinadas e visíveis ao público. A RDA desenvolve-se em resposta às mudanças no universo bibliográfico e no mundo em geral.

Antecipa um novo mundo de dados para a biblioteca, na qual a informação bibliográfica está vinculada e definida de maneira que as máquinas possam compreendê-la. Neste contexto, essa informação, a adoção de um novo código catalográfico é mais um passo a esse objetivo.

A Web Semântica, sistema integrados de gestão de bibliotecas, e talvez o BibFrame (*Bibliographic Framework Initiative*) – o futuro substituto do MARC, funcionem da maneira como os criadores da RDA imaginam ou como o universo de metadados preconizam.

Porém, ainda que a RDA não vingue como norma de adoção mundial, o seu estudo e compreensão tem um impacto sobre o trabalho presente do bibliotecário.

## Referências

ANHALT, Joy; STEWART, Richard A. RDA Simplified. **Cataloging & Classification Quarterly**, vol. 50, n.1, pp.33-42, 2012. DOI: 10.1080/01639374.2011.615378

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG; Brasilart, 1978.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. The Semantic Web: A New Form of Web Content That Is Meaningful to Computers Will Unleash

a Revolution of New Possibilities. **Scientific American**, vol. 284, no. 5, p. 34–43, May 2001.

COOPERATIVE Cataloging Rules Blog. Official Announcement. Disponível em: <<http://coopcatwiki.blogspot.com/2009/10/official-announcement.html>>. Acesso em 10 dez. 2017.

Coyle, K. **Understanding the Semantic Web: Bibliographic Data and Metadata**. Chicago: ALA, 2010.

Coyle, Karen; Hillman, Diane. Resource Description and Access (RDA): Cataloging Rules for the 20th Century. **D-Lib Magazine**, vol. 13, n.1/2, Jan./Feb, 2007. Disponível em: <[www.dlib.org/dlib/january07/coyle/01coyle.html](http://www.dlib.org/dlib/january07/coyle/01coyle.html)>. Acesso em: 18 set. 2017.

GONZÁLEZ ALASTUEY, E. RDA: um acercamento a las nuevas normas de catalogacion. **Infoconoxión: Revista Chilena de Bibliotecologia**, n. 2, p.1-11, 2011.

GORMAN, Michael. Technical Services: Past, Present, Future. In: Association of Library and Information Science Education annual conference, 2010. Boston. **Program**, Boston, Mass. [USA], 12-15 Jan. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Vke45k>>. Acesso em: 18 set. 2017.

GORMAN, Michael. **The Enduring Library**. Chicago: ALA, 2003.

HOFFMAN, G. L. Meeting Users Needs in Cataloging: What is the Right Thing to Do? **Cataloging & Classification Quarterly**, n. 47, p. 631–41, 2009.

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions. **Functional Requirements for Bibliographic Records: final report of the IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records**. The Hague, Netherlands: IFLA, 1997.

MARSHALL, C. C.; SHIPMAN, F. M. Which Semantic Web?. In: **14th Conference on Hypertext and Hypermedia**, Nottingham, England: Association for Computing Machinery, 2003.

MILLER, Liz. Resource description and access (RDA): na introduction for reference librarians. **Reference & User Service Quarterly**, vol. 50, n. 3, p. 216-222, 2011.

OLIVER, Chris. Changing to RDA. **Feliciter**, n.5, p.250-253, 2007.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

RDA Toolkit: Resource Description and Access. RDA Toolkit Pricing. Disponível em: <<http://www.rdatoolkit.org/subscribe#pricing>>. Acesso em 16 out. 2017.

Riva, P. Introducing Functional Requirements for Bibliographic Records and Related IFLA Developments. **ASIS&T Bulletin**, Aug./ Sept. 2007. Disponível em: <[www.asis.org/Bulletin/Aug-07/riva.html](http://www.asis.org/Bulletin/Aug-07/riva.html)>. Acesso em: 05 out. 2017.

Taylor, Arlene G. **Wynar's Introduction to Cataloging and Classification**. 9ª ed. rev. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2004.

Tillett, B. B. **RDA: Recursos: Descripción y Acceso: Cambios en las pautas de catalogación y desafíos para la implementación**. Washington : Library of Congress, 2010.

WEBER, M. B.; AUSTIN, F. A. **Describing electronic, digital and other media using AACR2 and RDA: A how-to-do-it Manual and CD-Rom for librarians**. London: Facet Publishing, 2011.